



PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 657/21

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.
- Decreto Federal nº 6.180, de 03 de agosto de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.
- Lei Estadual nº 13.918, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a comunicação eletrônica entre a Secretaria da Fazenda e o sujeito passivo dos tributos estaduais, altera a Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, e dá providências correlatas (art. 16);
- Decreto Estadual nº 55.636, de 26 de março de 2010, que regulamenta o art. 16 da Lei nº 13.918, de 22 de dezembro de 2009.
- Lei Municipal nº 15.994, de 22 de abril de 2014, que institui o Programa para Valorização das Iniciativas Esportivas – Vai do Esporte, no âmbito da Secretaria Municipal de esportes Lazer e Recreação
- Lei Municipal nº 15.928, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para o fomento ao esporte no Município de São Paulo; cria a Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos – CAPE e a Coordenadoria de Incentivos na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.
- Decreto Municipal nº 54.832, de 12 de fevereiro de 2014, que regulamenta a Lei nº 15.928, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para o fomento ao esporte no Município de São Paulo;



PROCURADORIA

- Decreto Municipal nº55.324, de 23 de julho de 2014, que regulamenta a Lei nº 15.994, de 22 de abril de 2014, que institui o Programa para a valorização de Iniciativas Esportivas – Vai do Esporte, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.
- PL 327/17, que dispõe sobre apoio ao desenvolvimento do desporto universitário, no âmbito do município de São Paulo;
- PL 290/16, que institui Programa Escola Amiga no município de São Paulo, e dá outras providências
- PL 42/20, que cria o programa "empresa amiga do esporte e do lazer" no município de São Paulo
- PL 604/21, que cria o Programa Adote Projetos Esportivos e dá outras providências.
- PL 627/21, que dispõe sobre a instituição do “Selo Empresa Amiga do Esporte e do Lazer” no Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 03 de novembro de 2021.

Juliana Trindade
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 232.414